



# CLIPPING



14 de  
Março  
2022

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# REPÓRTER

## 70

### Triste realidade no país

Defensorias públicas veem aumentar casos de furto de comida na pandemia. A fome e o desemprego estão entre as motivações.

### > DESEMBARGO VAGA

Está cada dia mais acirrada a corrida pela vaga deixada pelo desembargador Milton Nobre no Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA). A vaga pertence ao chamado Quinto Constitucional, ou seja, cabe à Ordem dos Advogados do Brasil no Pará (OAB-PA) fazer a indicação dos postulantes. Na semana passada, o advogado Ricardo Dias anunciou que também está entre os que aguardam a publicação, pela OAB-PA, do edital para formalizar a inscrição.

### LISTA

Até o momento, a lista já inclui nomes como Haroldo Gaia, Valério Saavedra, Carlos Kayath, Alano Pinheiro, Diogo Condurú, Alex Centeno, Leonardo Pinheiro, João Índio e Mário Paiva, além de uma candidatura feminina, com o nome da procuradora do Estado, doutora em direito, Anete Penna.

### EMPOUCASLINHAS

- **A Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pará, realizou na semana passada, a 2ª sessão ordinária do Conselho Seccional no triênio 2022-2024.**
- **No encontro, foram empossados os diretores e conselheiros subseccionais da OAB em Marituba.**
- **A 28ª subseção da OAB no Pará terá abrangência em Benevides, Santa Bárbara do Pará e Distrito de Mosqueiro, contemplando cerca de 180 advogados.**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## MUTIRÃO

**Procon tem programação  
alusiva ao Dia do Consumidor**

DA REDAÇÃO

Em alusão ao Dia Mundial do Consumidor, o Procon Pará realiza, a partir de hoje, uma programação cujo tema é a "Garantia de Direitos e Acessibilidade nas Relações de Consumo". Mutirão de negociação de dívidas, ciclo de palestras e debates estão entre as ações previstas para atendimento dos consumidores paraenses.

O mutirão de negociação de dívidas ocorre de 14 a 18 de março, na sede do Procon, voltado para todos os consumidores inadimplentes com as companhias de energia elétrica, de água e esgoto, bancos e empresas de telefonia.

Já nos dias 22 e 23 de março, serão realizados ciclos de palestras, mesas redondas e balcão de atendimentos, em Capanema, no nordeste do Pa-

rá. Na cidade, o evento ocorrerá na Associação dos Servidores Federais (Asfec-Capanema), localizada na travessa Fernandes Tavares, 190, bairro do Campinho.

No dia 25 de março, moradores de Icoaraci, distrito de Belém, receberão palestras e outros atendimentos promovidos pela Sejudh, na sede da Associação de Moradores da Passagem do Rosário (AMPR – Campina/Icoaraci), de 9h às 13h.

A programação conta com o apoio da Secretaria de Assistência Social de Capanema, do Centro de Referências Especializado em Assistência Social (Creas) – Capanema, da Defensoria Pública do Estado, Grupo de Educação Financeira da Amazônia (Gefam), além do programa E+ Comunidade, da Equatorial Energia, que fará a troca gratuita de lâmpadas.

**Serviço:****Programação do Procon Pará  
em alusão ao Dia Mundial do  
Consumidor****Mutirão de negociação de dívidas**

- **Quando:** de 14 a 18 de março
- **Onde:** sede do Procon, em Belém (travessa Lomas Valentinas, entre avenidas Marquês de Herval e Visconde de Inhaúma, bairro da Pedreira)

**Ciclo de palestras, mesas redondas e  
balcão de atendimentos, em Capanema**

- **Quando:** 22 e 23 de março
- **Onde:** Associação dos Servidores Federais (Asfec-Capanema), localizada na travessa Fernandes Tavares, 190, bairro do Campinho.

**Palestras e atendimento da Sejudh,  
em Icoaraci**

- **Quando:** 25 de março / 9h às 13h
- **Onde:** Associação de Moradores da Passagem do Rosário (AMPR – Campina/Icoaraci).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER  
DIÁRIO****CONSELHO**

O Ministério Público do Estado vai integrar o novo Grupo de Trabalho da Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O promotor de Justiça Alexandre Tourinho foi designado para integrar o GT de “Governança de Dados e Transformação Digital”. Por um ano, ele vai colaborar com um projeto para melhorar a atuação dos órgãos e unidades do MP brasileiro. O PJ do Pará foi designado pelo presidente do CNMP e procurador geral da República, Augusto Aras, por indicação do presidente da comissão, Moacyr Rey.

**PROTEÇÃO**

O Núcleo de Proteção à Mulher do Ministério Público do Estado criou o projeto do “Grupo reflexivo para homens autores de violência doméstica”, seguindo a Lei nº 13.984/2020, que inclui na Lei Maria da Penha medidas protetivas de urgência de comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação e de acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio. A seleção dos participantes, via judicial, será feita pelos promotores de violência doméstica de Belém. A expectativa é de expandir o projeto para as promotorias do interior.

**LINHA DIRETA**

**O gabinete** da desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque alcançou em fevereiro 100% no Índice de Eficiência Judiciária, o IEJudm, que mede o desempenho de cada unidade judiciária do Estado para subsidiar o planejamento da gestão processual. O gabinete da magistrada obteve o primeiro lugar no IEJud em 2021.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# Procon Pará realiza eventos alusivos ao Dia Mundial do Consumidor

## PROGRAMAÇÃO

A partir da desta segunda-feira (14), em alusão ao Dia Mundial do Consumidor, a Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon Pará) realizará uma intensa programação cujo tema é a “Garantia de Direitos e Acessibilidade nas Relações de Consumo”. Mutirão de negociação de dívidas, ciclo de palestras e debates estão entre as ações previstas para atendimento dos consumidores paraenses.

De 14 a 18 de março, na sede do Procon, haverá mutirão de negociação de dívidas para todos os consumidores inadimplentes com as companhias de energia elétrica, de água e esgoto, bancos e empresas de telefonia. Em Belém, a sede do órgão fica localizada na Travessa Lomas Valentinas, entre avenidas Marquês de Herval e Visconde de Inhaúma, na Pedreira.

Nos dias 22 e 23 de março, serão realizados ciclos de palestras, mesas redondas e balcão de atendimen-

tos, em Capanema, no nordeste do Pará. Na cidade, o evento ocorrerá na Associação dos Servidores Federais (Asfec-Capanema), localizada na Travessa Fernandes Tavares, 190, bairro do Campinho.

Já no dia 25 de março, moradores de Icoaraci, receberão palestras e outros atendimentos promovidos pela Sejudh. O local de atendimento será na sede da Associação de Moradores da Passagem do Rosário (AMPR - Campina/Icoaraci), de 9h às 13h.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# BRIGA EM FAMÍLIA ACABA COM ESFAQUEAMENTO DECEPOU MÃO DO CUNHADO

Já está atrás das grades Samuel Amorim da Silva, que foi capturado por policiais militares no município de Salvaterra, na Ilha do Marajó, depois de ferir gravemente João Victor Batista da Silva com uma terçadada



O criminoso foi detido em flagrante e autuado por tentativa de homicídio  
FOTOS: DIVULGAÇÃO

## LESÃO CORPORAL

JR Avelar

Uma briga entre cunhados na vila de Jubim, no município de Salvaterra, na Ilha do Marajó, terminou em cena de sangue, com um dos cunhados tendo a mão decepada a golpes de terçadão e o autor preso graças à rápida ação da Polícia Militar.

O efetivo do 73º Pelotão Policial Destacado de Salvaterra, na vistoria 0803 com os sargentos Aguilardo, Oclair, Kleber, Nunes e De Paula, com apoio do GTO

com o sargento Cláudio, cabo Garcia e soldados Jony e Teixeira, realizava mais uma fase da "Operação Impacto", quando foi acionado sobre uma tentativa de homicídio da vila de Jubim.

As informações apontavam que Samuel Amorim da Silva, 29, atentou contra a vida de seu próprio cunhado, identificado como João Victor Batista da Silva, que levou uma terçadada que acabou por deparar a mão esquerda.

## RESGATE

Quando chegaram ao local da tragédia, os policiais militares constataram o fato e imediatamente solicitaram uma am-

bulância de resgate do Corpo de Bombeiros, porém a vítima foi logo socorrida por familiares e encaminhada ao Hospital Municipal de Salvaterra.

De posse das características do agressor, as guarnições realizaram diligências e fizeram um grande cerco que culminou com a prisão em flagrante de Samuel Amorim da Silva, que foi conduzido até a delegacia de Polícia Civil do município e apresentado ao delegado Yan, que o autuou em flagrante delito pelo crime de tentativa de homicídio. O acusado já se encontra à disposição do poder judiciário paraense.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# Agropalma é condenada a pagar quase R\$ 1 milhão por dano moral coletivo

Empresa enfrenta uma série de processos e denúncias



O Liberal

13.03.22 9h00



Agropalma é condenada após reincidência em irregularidades (Igor Mota / O Liberal)

A empresa **Agropalma S.A.** foi condenada pela **Vara do Trabalho de Tucuruí (PA)** a pagar R\$ 960 mil por **dano moral coletivo**, após constatação de reincidência de irregularidades relativas ao meio ambiente nas frentes de trabalho de duas fazendas de sua propriedade, localizadas no município de **Tailândia**, no nordeste paraense. As informações foram divulgadas pelo **Ministério Público do Trabalho PA/AP (MPT)**, autor da ação civil pública ajuizada em 2019, requerendo que a empresa fosse obrigada a cumprir as normas de saúde, higiene e segurança previstas em lei, e a reparar os danos causados à coletividade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Inspeções realizadas pelo MPT, juntamente com o **Ministério do Trabalho e Organização Internacional do Trabalho** (OIT), constataram as condições degradantes. A primeira delas foi no ano de 2007, como consta nos autos do processo. Dois anos depois, foi assinado um **Termo de Ajustamento de Conduta** (TAC) em que a Agropalma já assumia os compromissos exigidos na atual ação. Porém, em novembro de 2018, novas fiscalizações identificaram as mesmas irregularidades, mesmo após as condenações individuais por trabalho em condições degradantes. Em julho do ano passado, as irregularidades foram observadas novamente pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalho - Cerest Lago Tucuruí.

A empresa alegava ter cumprido todas as obrigações dispostas ainda no primeiro TAC, mas, conforme identificado nas fiscalizações, os empregados continuavam fazendo as refeições nas próprias frentes de trabalho, no chão e no meio da vegetação, em razão da distância do local até o refeitório fixo, que era superior a 6 km. Eles também não tinham fácil acesso à água potável e não conseguiam utilizar as instalações sanitárias, sendo obrigados a fazer as necessidades fisiológicas no mato, expostos a riscos de serem picados por animais peçonhentos e de adquirirem doenças.

Na mesma sentença que condenou a Agropalma ao **pagamento de indenização**, a Justiça determinou o cumprimento de algumas obrigações de fazer para sanar as irregularidades apontadas na ação, como construção de abrigos, fixos ou móveis, que protejam os empregados contra intempéries durante as refeições, assim como a disponibilização, de maneira adequada e suficiente, de instalações sanitárias e água potável e fresca nos locais de trabalho, conforme disposições da Norma Regulamentadora nº31 do Ministério do Trabalho e Previdência.

Caso a empresa não obedeça à decisão judicial, pagará multa diária de R\$ 2 mil por obrigação descumprida e por empregado atingido no caso de atribuição específica. A decisão ainda cabe recurso.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## **Contêineres para impedir acesso de quilombolas à comunidade**

Além da condenação na **Vara do Trabalho de Tucuruí (PA)**, a empresa já foi acusada pelo Ministério Público do Pará de outras ilegalidades, como grilagem de terras públicas e privadas, fraudes e falsificação de documentos públicos. Foi denunciada ainda pelo Ministério Público Federal (MPF) à Justiça Federal por corrupção ativa e passiva.

Em fevereiro deste ano, os membros da **comunidade quilombola** Nossa Senhora da Batalha, no limite entre os municípios do Acará e Tailândia, no nordeste do Pará, foram surpreendidos com mais uma ação do grupo contra os moradores. A empresa colocou, nos acessos àquela comunidade, grandes contêineres para impedir que os quilombolas saíssem e entrassem no território. Na época, os moradores ficaram com dificuldades para comprar comida e remédio, além de ter o acesso ao rio bloqueado.

As compras precisaram ser feitas na **Vila dos Palmares**, distante 9 km daquela comunidade e que fica em Tailândia. E eles fazem esse percurso basicamente em motos. Para impedir o deslocamento dos moradores, a empresa também mandou cavar grandes buracos. Para intimidar, é frequente a presença de seguranças armados na área, além de drones que sobrevoam o local, usados para vigiar os quilombolas. "Sabemos do nosso direito. Eles passaram por cima das recomendações (do Ministério Público do Pará). Rasgaram a Constituição Federal", disse, à época, o presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo da Comunidade da Balsa, Turiaçu, Gonçalves e Vila Palmares do Vale do Acará (ARQVA), José Joaquim Pimenta. A entidade luta pela titularidade definitiva do território.

Na área reocupada pelos quilombolas, há crianças e pessoas idosas e doentes. "Eles estão presos. É um cárcere privado", denuncia.

## **Mortos**

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O cemitério da comunidade conta cerca de **150 sepulturas identificadas**, onde foram enterrados os corpos dos familiares dos quilombolas, comprovando que a comunidade ocupa o território há várias gerações. "Meu pai, tio e sobrinho estão enterrados aqui", diz Ana da Silva. De acordo com relatório elaborado por pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), há quatro cemitérios nas áreas ocupadas pela empresa.

Três deles são áreas quilombolas, e uma é indígena, da etnia Tembé. Relatos de vários moradores que antes moravam na região à beira do rio apontam que a gigante do agronegócio nega o direito de se prestar homenagem aos parentes que jazem ali. "Essa proibição de eles homenagearem seus mortos é um grande trauma coletivo", afirma Elielson Silva, doutor em Ciências - Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (Naea/UFPA) e pós-doutorando em Antropologia pela Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

### **Outros processos**

Em agosto do ano passado, a **Justiça Federal** intimou quatro pessoas acusadas de envolvimento em uma organização criminosa que grilava terras em benefício da empresa Agropalma a prestar depoimento. A ação é uma resposta à denúncia do Ministério Público Federal, por meio da procuradora da República Meliza Alves Barbosa Pessoa, que detalhou o histórico da Operação Apate, realizada pela Polícia Civil, que é uma analogia ao espírito da mitologia grega que personificava o engano, o dolo e a fraude.

Segundo a denúncia, entre os anos de 2005 e 2017, os acusados se associaram a Antônio Pereira da Silva e Antônio Pinto Lobato Filho, ambos falecidos, para receber vantagens indevidas e praticar falsificações e utilizar documentos públicos e particulares, com o objetivo de legalizar ocupações indevidas de propriedades rurais para a Agropalma. De acordo com a procuradora Meliza, todas as ações da organização criminosa têm como pano de fundo a desorganização fundiária no Estado, visto que o Pará, hoje, é reflexo da

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ocupação e apropriação indevida de terras públicas e particulares – prática denominada de grilagem, principal processo de ocupação do Brasil e em especial da região amazônica.

No caso desse grupo, a ação aponta que a rede de corrupção era sustentada perante o Incra, Iterpa e Receita Federal. Nesse caso, houve tentativas de legalização de diversas propriedades rurais, dentre elas: Fazenda Palmares, Fazenda Porto Alto, Fazenda Amapalma, Fazenda Amapalma 01, Fazenda Galileia E Fazenda Trevo.

Em outubro de 2021, o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), por meio da desembargadora e presidente do órgão, Célia Regina de Lima Pinheiro, manteve a decisão publicada pelo juiz da Vara Agrária de Castanhal, André Luiz Filo Creão da Fonseca, que cancelou milhares de hectares da Agropalma. A sentença do magistrado determinou o cancelamento da matrícula de 11 fazendas em cartórios do Acará – duas delas somam quase 10 mil hectares de terra – obtidos por meio da ação criminosa conhecida como grilagem de terra. A Ação Civil Pública que deu origem ao processo foi movida pelo Ministério Público do Estado (MPPA), após investigação que comprovou a nulidade das escrituras públicas de posse da empresa.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

### Pai é preso acusado de estuprar a filha autista de 12 anos

Apesar de negar a acusação, foi confirmado que a vítima sofreu estupro, após passar pelo exame de conjunção carnal



O Liberal

13.03.22 12h46



Após passar por exame de conjunção Carnal, realizado no Centro de Perícias Científicas de Marabá, o caso de estupro foi confirmado pela Polícia. (Reprodução / Ze Dudu)

Um homem identificado pelo nome de José Bonfim de Souza segue preso desde a última quinta-feira (10), na Delegacia de Polícia Civil de São Félix do Xingu, após denúncias de estupro, cometido contra a filha de 12 anos, que tem Transtorno do Espectro Autista (TEA). A Polícia Civil informou, por meio de nota, que o homem acusado pelo crime segue preso, à disposição do Poder Judiciário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A operação de captura foi possível a partir de denúncias à equipe plantonista da Delegacia de Polícia, coordenada pelo delegado Ricard Ribeiro e concluída pelos investigadores Borges e Cardoso e pelo escrivão Pedro.

Apesar de negar a acusação de abuso, foi confirmado que a vítima sofreu estupro, após passar pelo exame de conjunção carnal, realizado no Centro de Perícias Científicas de Marabá.

José Bonfim de Souza foi autuado por estupro de vulnerável, de acordo com o artigo 217-A do Código Penal Brasileiro. A pena varia de 8 a 15 anos de prisão. Mas no caso específico, varia de 10 a 20 anos. A Polícia Civil (PC) pediu à Justiça a prisão preventiva do homem e o pedido foi concedido.

(Com informações do site Zé Dudu e da Polícia Civil)

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

PARÁ

# Tribunal de Justiça do Pará faz campanha de arrecadação de absorventes

A campanha 'Dignidade Feminina' visa combater a pobreza menstrual



O Liberal

13.03.22 19h30



O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) aderiu ao movimento contra a chamada “pobreza menstrual”, que visa combater a falta de acesso a absorventes higiênicos. O Poder lançou a campanha “Dignidade Feminina”, que visa arrecadar doações de absorventes até 28 de março para beneficiar mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Estão sendo recebidos absorventes descartáveis externos, internos ou cirúrgicos. Os postos de entrega das doações funcionarão no Serviço Médico do prédio-sede do TJPA, na Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e nas secretarias do Fórum Cível.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Apesar do ciclo menstrual ser um processo natural e regular do corpo feminino, somente em 2014 a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu o acesso à higiene menstrual como um direito de saúde pública e um direito humano. Porém, o acesso a itens básicos de higiene ainda não é uma realidade para todas as pessoas que menstruam, apesar

A médica-chefe do Serviço Médico do tribunal, Maria Ivone de Freitas, enfatiza a importância da campanha para a aquisição de absorventes, que, muitas vezes, são itens de difícil acesso às mulheres de baixa renda. “Há algumas décadas, as mulheres não contavam com estes artefatos descartáveis durante o período menstrual. Elas usavam as famosas ‘toalhinhas ou panos avulsos’, que as obrigavam a lavar e estender nos varais de seus quintais”, relata.

A médica explica que o uso desses itens fazia com que as mulheres ficassem mais expostas em sua intimidade, ficassem inseguras em suas atividades diárias e também tivessem mais facilidade em adquirir infecções ginecológicas por contaminação.

Com o surgimento dos absorventes descartáveis, “as mulheres passaram a se sentir mais libertas e mais seguras para vivenciar ‘estes dias’”, avalia a médica. No entanto, “as mulheres de baixo rendimento (...) mantêm as situações vividas pelas mulheres na primeira metade do século XX”, devido à dificuldade de acesso a esse item.

A campanha é uma iniciativa da Coordenadoria de Saúde e do Núcleo Socioambiental do TJPA.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# Audiência de conciliação sobre construção de camelódromo termina sem acordo em Santarém

Uma nova audiência será realizada para apresentação de propostas pelas partes envolvidas.

Por Sílvia Vieira, g1 Santarém e Região — PA  
12/03/2022 12h30 - Atualizado há um dia



Audiência de conciliação sobre construção de camelódromo na Praça Rodrigues dos Santos — Foto: IHGTap/Divulgação

Audiência de conciliação realizada pela 6ª Vara Cível e Empresarial [de Santarém](#), no oeste do Pará, para tentativa acordo em relação à construção do camelódromo que a Prefeitura projetou para a Praça Rodrigues dos Santos, foi realizada na sexta-feira (11), mas terminou sem acordo.

- [Compartilhe esta notícia no WhatsApp](#)
- [Compartilhe esta notícia no Telegram](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

A audiência foi realizada em razão de Ação Civil Pública movida pela Promotoria de Justiça de [Santarém](#) contra o Município a partir de denúncia feita pelo Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós (IHGTap) de que o município havia iniciado obras visando a construção de uma camelódromo da Praça Rodrigues dos Santos - um patrimônio histórico e cultura e berço da fundação da cidade, inclusive sendo um sítio arqueológico ainda não estudado - sem estudo de impacto e sem consulta prévia à população.

Em janeiro deste ano, a [Promotoria pediu à Justiça a suspensão imediata da construção de camelódromo na Praça Rodrigues dos Santos](#), e uma liminar foi deferida pela 6ª Vara Cível forçando a prefeitura a paralisar os serviços.

Na audiência de sexta-feira, duas propostas chegaram a ser apresentadas com indicação de locais onde a Prefeitura poderia construir os boxes para abrigar os vendedores ambulantes que hoje ocupam a Praça da Matriz, mas nenhuma foi aceita.

"Essa reunião é a 4ª reunião que participamos com o Ministério Público, e dessa vez com a presença de juiz, mas infelizmente não chegamos a um consenso. Por outro lado, consideramos a reunião êxitosa, pois estamos caminhando no sentido de manter o espaço da praça para a população. Apresentamos algumas propostas para a construção do camelódromo, e foi marcada nova reunião para apresentação de propostas mais elaboradas. Caso a gente não chegue a um consenso, talvez o caso chegue na esfera federal", explicou a professora Terezinha Amorim, presidente do IHGTap.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Obras na Praça Rodrigues dos Santos foram paralisadas em janeiro de 2022 —  
Foto: IHGTap/Divulgação

De acordo com o professor Jackson Matos, da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), que também participou da audiência como ouvinte, disse que uma das proposta apresentadas é para construção do camelódromo na feira da Candilha, modernizando o espaço. E na outra, é na área entre a Vera Paz e o Mercado 2000.

"Propostas existem e [Santarém](#) tem gente muito qualificada para elaborar os projetos. É claro que não é só a escolha do local, é uma questão que precisa ser discutida com a sociedade, que requer audiências públicas. Mas, já existe um entendimento de que a Praça Rodrigues dos Santos deve ser revitalizada e se transformar em ponto histórico turístico da região", disse professor Jackson Matos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O Ministério Público foi representado da audiência pela promotora de Justiça Lilian Braga, e o Município, por procuradores jurídicos da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminfra).

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

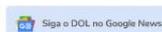


## ENRIQUECIMENTO ILÍCITO

## MP apura suposto crime na gestão do ex-prefeito de Juruti

As investigações tem como objetivo comprovar as possíveis práticas de improbidade administrativa e mensurar o valor dos danos aos cofres públicos na época em que Manoel Henrique Gomes Costa era o prefeito da cidade.

domingo, 13/03/2022, 12:57 - Atualizado em 13/03/2022, 13:02 - Autor: Com informações Plantão Juruti



O MPPA investiga eventual ato de improbidade administrativa cometida pelo ex-gestor municipal, Manoel Henrique Gomes Costa (PT) e seu assessor, Edivan de Souza Gonçalves. | Reprodução

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), através da Promotoria de Justiça do município de Juruti, no oeste do Pará, instaurou um procedimento preparatório para apurar denúncia de suposto enriquecimento ilícito contra um ex-assessor do ex-prefeito do município de Juruti, na região do Baixo Amazonas, oeste paraense.

O inquérito nº **000691-092/2020** foi instaurado pelo promotor de Justiça Osvaldino Lima de Sousa, titular da Promotoria de Faro, com o objetivo de investigar eventual ato de improbidade administrativa cometida pelo ex-gestor municipal, Manoel Henrique Gomes Costa (PT), e seu assessor, Edivan de Souza Gonçalves.

De acordo com o MP, a denúncia é referente ao período de 2019 e as investigações tem como objetivo comprovar as possíveis práticas de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

enriquecimento ilícito e mensurar o valor do dano aos cofres públicos na época em que Manoel era o prefeito da cidade. Segundo o órgão, denúncia ainda relata que alguns funcionários públicos receberam, durante a sua gestão, salários sem trabalhar na secretaria onde estariam lotados.

Ainda segundo a denúncia, Edivan teria recebido salário da Prefeitura Municipal de Juruti de 2017 a 2020, mas não trabalhou por estar morando em Santarém nesse período, onde cursava direito em uma universidade particular da cidade. Edivan foi contratado em 2017 para cargo comissionado, recebendo salário de R\$ 1.686,60.

Para a Promotoria, o ex-prefeito Manoel teria cometido ato de improbidade administrativa em benefício de Edivan.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)